

LDB modifica a educação

O projeto que fixa a lei de diretrizes e bases da Educação é antigo e polêmico. Foi apresentado em novembro de 88 pelo então deputado Octávio Eliseo (PSDB-MG) e atualmente está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara. Neste meio tempo, teve incorporado ao texto milhares de emendas. A nova lei pretende modificar inteiramente o processo educacional brasileiro, desde o ensino básico até o superior.

"Quando nós propomos o aporte de mais recursos, a definição de uma política salarial para o magistério, a democratização das decisões da escola e uma política de recursos humanos, estamos contribuindo de forma efetiva para a solução do problema educacional no País", afirma o vice-líder do PMDB, deputado Ubiratan Aguiar, relator da matéria.

Entre os problemas que a nova LDB se propõe a pôr um fim, está o da evasão e repetência escolar no primeiro grau. "Com a modificação na estrutura geral da escola, isto

será enfrentado objetivamente", diz Aguiar. Além desta proposta, o deputado cita a volta do ensino profissionalizante como "outra essencial sugestão" da LDB para manter os alunos até o final do ensino básico. "O título de bacharel demora muito e está elitizado", afirma.

A preparação política do aluno é outra proposta contida entre os cerca de 200 artigos da lei de diretrizes e bases da Educação. "Existe uma sugestão de transformação no currículo escolar, capaz de tirar o caráter essencialmente alienante em que foi transformada a escola pública brasileira", informa.

Não só o estudante será contemplado com uma nova estrutura na nova LDB. Também os professores, através de uma melhor redistribuição de pessoal passarão por avaliações. A promoção automática do aluno no curso básico, ou seja, o fim da repetência, é outra idéia contida no projeto, que, segundo Aguiar, está pronta para ser incluída na ordem do dia da Câmara. (S.B.)

Édson Gêis 04/11/91



Aguiar defende a volta do ensino profissionalizante no País